

EMBORA TE CHAMEM PODEROSA E PAVOROSA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A MORTE EM HOMERO¹

J. A Colen
Centro de Ética Política e Sociedade
Universidade do Minho
orcid.org/0000-0003-0270-7416

O poeta inglês John Donne tinha predileção por problemas “metafísicos”. Os temas metafísicos são os que eram abordados em textos escritos que um editor antigo relativamente sensato resolveu situar depois de textos escritos sobre as questões físicas ou materiais, pois pareceu-lhe que exigiam uma maior capacidade para nos maravilharmos e eram por isso mais difíceis.

Hoje, que perdemos a capacidade para fazer especulações metafísicas, diríamos antes que o poeta tinha preferência por questões de vida ou de morte. Quando dizemos que uma questão é “de vida ou de morte”, normalmente queremos dizer que é um problema tão crítico que pode levar a suspender o curso normal das coisas, suspender as regras e procedimentos, interromper as atividades, a própria sucessão dos dias e das noites, e por aí fora.

Num dos seus mais conhecidos *Sonetos Sagrados*, o poeta atreveu-se a dirigir-se imperativamente à morte personificada:

Morte não sejas orgulhosa,
embora te tenham chamado poderosa e pavorosa:
o que tu não és; porque aqueles que pensas ter derrubado,
não morrem, ó morte,
e nunca poderias tu matar-me a mim.
És na verdade, sim, o retrato do descanso e do sono...

E interroga a morte, dizendo-lhe, para a humilhar:

¹ “Embora te Chamem Poderosa e Pavorosa”. In Gonçalo Silva, António Morais e Miguel Oliveira, ed. *Da Inquietação Filosófica. Conversas sobre Questões de Vida ou de Morte*. Carcavelos: Editorial Aster, 2022, pp. 11-21.

Dos nossos, os melhores vão
contigo primeiro para descansar
os seus ossos e entregar as suas almas;
tu és escrava do destino, do acaso, de reis e homens desesperados;
(...) por que te inchas de orgulho?

Donne termina com um paradoxo: “Depois de um breve sono, acordaremos eternamente, e a morte já não será; morte, tu morrerás”. Com efeito, embora nos pareça terrível e temível, a verdade é que pensar e falar da nossa morte é um pouco paradoxal. Quando morreremos (uma fatalidade!), nós já não somos nós e, por outro lado, enquanto existimos a morte ainda “não é” ou ainda não existe (“ser” é um verbo que os estudantes de filosofia usam para designar o ato de “existir”).

Talvez a razão por que a morte nos parece tão importante e crítica seja porque é o termo e “cumprimento” da vida e é por isso que derruba todos os muros e destrói todas as preocupações triviais, suspende as regras (quando os estudantes da filosofia dizem que se defrontam com uma dessas questões, normalmente pedem uma extensão de prazo, mas muitas vezes só nos resta “dizer uma ave-maria” e esperar pelo melhor). Se a morte é o culminar ou cumprimento de uma vida, vê-se facilmente porque é que a morte parece o mais importante acontecimento dessa vida. É o momento em que mesmo “os melhores vão”, descansam os seus ossos e dão o último suspiro.

Mas em geral quando falamos ou ouvimos falar da morte, é sobretudo da morte dos outros, a morte olhada do “ponto de vista do universo”. Fazemos estatísticas, ou seja, contamos cadáveres. Morre-se de cancro, de pneumonia, de doenças de coração, de vírus. A nossa morte é um pouco diferente, afeta-nos de perto e os cálculos de probabilidade não nos deixam descansados.

A nossa morte, além disso, já não é a morte domesticada pelos ritos que ajudavam a preparar o próprio fim e “cumprimento” da vida. Durante milénios a morte era familiar, como um vizinho, próxima, “uma boa amiga”. Agora é distante, interdita, selvagem.

DA MORTE DOMESTICADA À MORTE SILENCIADA

Como era “domesticada” a morte? Um par de exemplos pode ajudar. O conde Rolando acaba por falecer com muitos dos seus homens na batalha de Roncesvales, travada contra os sarracenos num desfiladeiro dos Pirenéus que tinham ocupado as Espanhas e se preparavam para continuar a investida para Norte (mas foi uma oportunidade perdida para o “começo de uma bela amizade” entre os futuros reinos de Espanha e França, que continuaram a ser inimigos históricos). Compôs-se um cantar a louvar os seus feitos, a *Canção de Rolando* em que a certo passo se fala da morte próxima do herói.

Como morreu o nobre cavaleiro da história? Em primeiro lugar, a morte foi pressentida: não se morria sem ter tempo para se preparar sabendo que se vai morrer (exceto no caso da terrível morte súbita ou da terrível praga). Em Roncesvales, Rolando “sente que a morte o toma por completo. De sua cabeça, descia para o coração (...) [e] ele sente que seu tempo terminou”.

O mesmo acontece nos demais romances de cavalaria. Tristão, um cavaleiro da Távola Redonda da corte do rei Artur, mortalmente ferido por uma lança também “sentiu que sua vida se perdia, compreendeu que ia morrer”. Não era nenhuma premonição mágica: o aviso era dado por signos naturais ou, as mais das vezes, por uma convicção íntima. Às vezes esse pressentimento íntimo não era muito exato e a agonia prolonga-se, a morte tarda em chegar. Georges Duby, um historiador francês, conta-nos que os parentes e vassallos de Guilherme o Marechal esperam muitas semanas.

Séculos mais tarde, os mujiques, ou camponeses russos, dos contos de Liev Tolstói têm uma atitude semelhante. E os índios americanos das histórias do Oeste Selvagem também se afastam para um local deserto para morrer quando pressentem que chega o seu momento.

Mujiques e índios não se comportam de modo diferente dos cavaleiros das histórias. Sabendo o seu fim próximo, o moribundo tomava suas providências, tudo feito de modo muito simples, com naturalidade. Quando Lancelote, outro cavaleiro da Távola Redonda do rei Artur, ferido e perdido na floresta deserta, percebe que “perdeu até o poder sobre seu corpo” e que vai morrer, faz os gestos que lhe são ditados pelos antigos costumes e rituais. Despoja-se de suas armas, deita-se serenamente no chão frio. Deveria estar no leito, mas não há nenhum lugar onde jazer senão o chão (o refrão nos testamentos ao longo de muitos séculos será sempre o mesmo: “... jazendo no leito, enfermo ...”).

A morte “domesticada” não é só próxima, mas pública. É como uma cerimônia em que o moribundo preside ao ritual. Espera-se que os parentes, amigos e vizinhos estejam presentes. Levavam-se as crianças a ver o moribundo – outro historiador francês, Philippe Ariès, notou que não há nenhuma representação na pintura de um quarto de um moribundo sem algumas crianças – ao menos até ao século XVIII. O quarto do moribundo transformava-se, pois, num lugar aberto onde se entrava livremente. Não estava sequer restrito à família próxima.

A morte não tinha caráter dramático, nem era acompanhado por gestos de emoção excessivos, exceto talvez nas histórias míticas e nas cenas de morte macabra da peste. Não há extremos sentimentais como os dos personagens que morrem nas óperas românticas, onde o soprano canta durante um ato inteiro antes de sucumbir. A morte é talvez “poderosa e pavorosa”, mas era quotidiana (apesar de tudo morria-se mais, e mais cedo).

Os vivos coexistiam com os mortos. Não se afastavam as crianças que não queremos traumatizar do caixão aberto, como hoje.

A CASA DOS MORTOS DE HOMERO

Esta familiaridade antiga, milenar, porém, não era comum na antiguidade grega ou romana, e deixou outra vez hoje de ser comum. É certo que então se honravam as sepulturas, mas um dos motivos para o culto aos mortos era assegurar a devida distância em face desse mundo à parte.

Ulisses regressa a casa, em Ítaca na Grécia no fim da longa guerra de Troia, e Elpenor, um dos seus companheiros de viagem, morre no palácio da feiticeira Circe. Mas nessa odisseia cheia de peripécias mirabolantes, Ulisses ainda vivo desce ao reino dos mortos e o antigo camarada de armas já falecido faz uma suplica ao herói, sob ameaça de uma maldição: se este não lhe prestar as merecidas homenagens, Ulisses não terá paz.

Sem sepultura e sem prantos não deixes ficar o meu corpo quando partires, pois, a cólera chamarás dos eternos; mas na fogueira deita-me com todas as armas que tenho, e eleva-me um monumento na beira do mar pardacento, para que chegue aos vindouros o nome de um ser desditoso.

Era realmente desditoso pois tinha caído acidentalmente e partido a cabeça, morrendo de súbito. Nem sequer morreu heroicamente em combate (que pouca sorte!).

Os mortos são cremados e o monumento erigido ou então são sepultados fora das cidades, na periferia, às vezes em cidades inteiras à parte. Mesmo depois da difusão do cristianismo esta é a regra (só com o culto das relíquias e o enterramento do corpo dos mártires nas igrejas começa o mundo dos mortos a aproximar-se dos vivos).

O mundo dos mortos apavora mesmo os mais heroicos. Homero detém de vez em quando a história para explicar as complicadas genealogias e histórias dos deuses e fala também de como os homens caem no Hades de acordo com a vontade de Zeus (a expressão “eis Aidos” aparece logo na primeira estrofe do poema que narra a guerra de Troia, a *Ilíada*). O Hades é a terra dos mortos na qual caem muitos valentes que se tornam “presa para cães e aves de rapina”. Mas é na *Odisseia* que colhemos mais informação sobre o outro mundo. Na viagem de regresso de Ulisses no fim da guerra, este teve que descer a esse mundo das sombras cumprindo as indicações de Circe (a tal feiticeira), mas não sem chorar: “Ó Circe, quem poderá nessa viagem servir-nos de guia? A Hades ninguém conseguiu até agora chegar em nau negra”. E o adivinho falecido que depois lhe serve de guia no Hades diz-lhe logo: “Filho de Laertes, de origem divina, Ulisses engenhoso, por que motivo, infeliz, a luz clara do Sol desprezaste e vieste aqui ver os mortos e a triste região em que habitam?”.

Mesmo a mãe já falecida que por lá encontra já não o pode abraçar, pois como ela explica ao filho,

[é] esse o destino fatal dos mortais, quando a vida se acaba,
pois os tendões já deixaram de prender as carnes e os ossos.
Tudo foi presa da força indomável das chamas ardentes
logo que o espírito vivo deixou a ossatura alvacentas.
A psique, depois de dissipar-se, esvoaça qual sombra de sonho.

Note-se que na obra de Homero e ainda nos autores das tragédias, o que se chama a *psychê* é o que anima os vivos. Em compensação, não há palavra para o corpo vivo: *soma* designa o corpo sem vida; é só um cadáver.

Porque é que a morte, a aniquilação do corpo, não dá aos que pressentem a sua proximidade uma paz serena, como acontecerá séculos mais tarde? Não é só o medo de suplícios desconhecidos ou temíveis (o de Sísifo, que está condenado a recomeçar perpetuamente, ou o de Tântalo, condenado a nunca saciar a sua sede porque tudo lhe foge, e outros semelhantes). É que, segundo os mortos que Homero faz falar, não há nenhum consolo na morte. É até preferível servir “em trabalhos do campo sob um senhor sem recursos, ou mesmo de parques haveres, a ser rei dos mortos aqui consumidos” (o trabalho braçal, sinal de servidão, é vergonhoso).

Os fariseus e cristãos também acreditam no céu, inferno e purgatório, e outros lugares semelhantes. “Depois de um breve sono”, acorda-se para a eternidade e a morte já “não é”. Mas a ideia bíblica era inconcebível para Homero e para os gregos e romanos antigos, pois implicava no futuro a ressurreição do corpo (na visão cristã, a “psique” não era completamente destruída, mas também não entrava na situação normal e definitiva, por isso devia reunir-se ao corpo para a vida feliz).

Quando Paulo de Tarso, ao pregar o cristianismo, chegou a esta questão no discurso que fez no Areópago, onde então se reunia o conselho que governava Atenas, perdeu por completo a atenção da sua audiência que tinha conquistado inicialmente. Apesar de os homens cultos gregos gostarem da ideia do “deus desconhecido” de que falou, não suportavam a ideia de ressurreição do corpo.

Os filósofos gregos e romanos, em geral, detestavam essa visão da morte “poderosa e pavorosa” que levava os homens para os infernos, a morte que os tenebrosos demónios do nosso sangue nos fazem temer. Detestavam-na tanto por razões “metafísicas” como práticas: não só estas imagens são falsas – ou ao menos enganadoras – como o medo desencoraja a coragem (passe a expressão) dos mais bravos guerreiros.

“METAFÍSICA” DA MORTE

Hoje a morte está interdita e higienizada. Aqueles que rodeiam o doente e moribundo querem poupar-lhe a má notícia, ocultar-lhe a gravidade da sua doença. Hoje já não há preparativos a fazer, rituais a cumprir antes da morte – depois sim, há muitas palavras, gestos (e também uma enorme burocracia se

queremos terminar o contrato com as companhias telefônicas). Os parentes não têm a coragem, ou a crueldade, de dizerem eles próprios a verdade ao doente.

A verdade tornou-se problemática e é confiada antes ao clínico. Nem as igrejas já falam da morte, muito menos do juízo e do inferno (que são assuntos desagradáveis); e por isso os parentes adiam ou evitam chamar o padre para dar os últimos sacramentos.

Se quisermos ir mais além da “viagem cultural” pela geografia e pela história (no fundo uma forma de fazer “turismo” na nossa poltrona), temos necessidade de levantar o problema propriamente “metafísico”. Quer dizer, há que levantar as perguntas sobre a morte que estão para lá das questões acerca dos corpos físicos. Por exemplo, para averiguar se é razoável temer a morte, temos que examinar em que consiste, pois, as diversas atitudes parecem estar ligadas a uma certa crença sobre o que é a morte.

Não é, poderíamos pensar, nem um bem, nem o mal supremo – exceto talvez se chega demasiado cedo ou nos apanha desprevenidos. Pois na morte não há prazer nem dor e, segundo alguns filósofos, na morte nem sequer somos já nós. Segundo outros, passado o breve sono, tornamo-nos eternos e a morte já não será: “Morte morrerás!”.

Alguns filósofos pensam que sobrevivem aos seus corpos. Mesmo antes da “invenção da filosofia” esta convicção estava muito espalhada na antiguidade (e nem só no Ocidente), sem que seja fácil dizer que se devia atribuir a uma crença religiosa. Podia, contudo, ser simplesmente o resultado de um desejo de que as coisas tenham um final feliz e vida não acabe com a morte, mas o certo é que levou a erigir pirâmides e enterrar cortes régias inteiras. Infelizmente não podemos saber o que acontece depois da morte fazendo um inquérito à popularidade da ideia através dos séculos e das civilizações.

Mas para lá das crenças com raiz na fé religiosa ou numa angústia face ao desconhecido que os antropólogos estudam e pode ajudar a compreender, o “espiritualismo” dos antigos (e até dos homens primitivos), uma vez levantada a questão da vida depois da morte foi difícil ignorá-la e voltar a pôr a pergunta na caixa.

Os filósofos discutiram logo as provas da independência da “psique” face ao corpo: a psique não tem partes materiais que se possam desfazer; a psique existe apesar do corpo estar desligado por grandes períodos (“sono e descanso” ou quando o corpo está em coma); a psique não está sujeito às regras do tempo e do espaço, pois exceto no sentido metafórico não se torna gorda nem velha; não é só a mão que sofre quando recebe uma martelada, o “eu” todo sente a dor mesmo que esteja localizada numa parte do corpo – e que alívio quando a dor passa! (é uma outra maneira de fazer “filosofia com um martelo”).

Os filósofos debateram as duas possibilidades: “morremos com o corpo” ou “não morremos com o corpo”; embora os mais pedestres pareçam ter dissolvido o problema confessando a sua ignorância e abandonando a questão como

incuravelmente metafísica ou “inverificável” e, portanto, sem sentido (nos cafés de Viena, os filósofos positivistas tentaram ver-se livres da especulação metafísica declarando que é o mesmo dizer que não pode ser verificado que dizer que não tem sentido).

A CIÊNCIA MODERNA E A ALMA ANTIGA

Somos modernos e, por princípio, só acreditamos no que podemos verificar. Talvez por isso, hoje a maioria dos estudantes de filosofia acreditam que a psique (ou o que quer que anima o corpo) é sufocada, aniquilada ou extraída do corpo com a morte deste. O homem cessa de existir com o fim definitivo da vida do corpo.

Se refletirmos cuidadosamente, isto pode parecer estranho porque os mesmos estudantes também acreditam, como os biólogos contemporâneos, seus colegas de carreira, que não há propriamente algo a que possamos chamar psique ou “vida”: são apenas reações físico-químicas, ligações de sinapses e combinações de genomas.

A vida ou psique na antiguidade pagã é algo que “anima” o corpo vivo, um sopro ou “espírito” que percorre o corpo, e agora isso não se encontra como dizia o filósofo francês do século XVIII, Condillac, na ponta do bisturi e, portanto, não se percebe bem como poderia estar lá, nem depois da morte, nem durante a vida (por outro lado, seria muito estranho se alguém encontrasse a psique com um bisturi).

Como quer que seja, se não resta nada depois da morte, esta é a desgraça mais absoluta porque é o fim definitivo da vida do corpo, quer se meça pela morte cerebral, quer pela morte do coração (o critério da morte mudou por causa dos dispositivos médicos). Note-se que o critério para determinar o momento da morte não é neutro: não é só uma questão clínica. A morte cerebral parece um critério mais adequado, pois a morte parece mais ligada ao pensamento que às funções do corpo. Estamos vivos como homens (portanto, excluindo a possível reencarnação como peixes ou outros seres), enquanto pensamos ou podemos voltar a pensar.

Se acharmos que pensar depende totalmente para a sua operação do corpo, digamos do “coração e rins” ou, como hoje dizemos, do “cérebro e coração”, então a “psique” desaparece totalmente com a morte (ou junta-se poeticamente ao infinito). Voltar a pensar depende de restaurar o funcionamento biológico.

Parece realmente muito razoável admitir que a evidência imediata é que a “psique” e o corpo estão ligados, viajam na mesma carruagem, embora o que tenha tornado o problema intratável na modernidade seja talvez a dualidade radical entre a mente e o corpo. Ao contrário da psique dos gregos, a mente moderna não faz mover os braços nem respirar, só pensa e imagina. Além disso muitos filósofos analíticos acham que não há um “eu”. O eu consciente não faz parte do mobiliário do universo, é um “estado” (“eu” não estou nada de acordo com essa reificação, dizem).

Entre os céticos, curiosamente, incluindo alguns positivistas inveterados que só creem em factos verificáveis, há quem pense que os “fantasmas” podem ser observados de modo quási-científico, pela alteração dos campos magnéticos por exemplo: certas experiências podiam estabelecer a comunicação com o mundo dos mortos (mas convenhamos que pouco mais faziam que dizer frases enigmáticas e arrastar móveis). Outros acreditam que as experiências de “quase-morte” são reveladoras, pois vê-se uma luz muito intensa ao fundo do túnel. Outros ainda pensam que talvez no futuro, com um sistema criogénico, seja possível trazer de volta o homem pensante. Claro, ressuscitar o corpo uns séculos depois tem alguns inconvenientes práticos: já não se conhece ninguém, nem reconhece nada, como acontece ao monge da canção trovadoresca de Santa Maria composta por Afonso X, que entrou em êxtase durante trezentos anos e depois se viu num mundo completamente mudado. Certo é que os mortos-vivos são populares e as histórias de mortes criminosas são uma obsessão a que assistimos no conforto do sofá.

O MEDO DA MORTE

Mas o conforto do sofá e a trivialização da morte só é possível porque esta já não é a milenar morte próxima, domesticada, nem tão pouco a “nossa” própria morte que nos leva a enfrentar o resultado de toda uma vida (será que plantámos uma árvore, tivemos um filho e escrevemos um livro?).

Como os heróis de Homero, nós mantemos a casa dos mortos a uma distância prudente, em cemitérios desenhados como jardins ou em monumentos que visitamos pouco. Os mortos são relegados para os filmes e novelas (quanto mais irrealistas melhor). Evitamos o tema da nossa morte até que alguma coisa nos vem despertar: uma “experiência”, a grande mestre da vida, ou uma reflexão profundamente gravada no nosso coração.

É só nessa altura que pensamos na morte e como devemos encará-la. As diversas atitudes parecem estar ligadas a uma certa crença sobre o que é a morte, mas paradoxalmente, independentemente do que pensamos que realmente acontece depois, as atitudes são bastante diferentes. A morte, reconhecemos, é um facto crucial, mas enquanto alguns acham que é de lamentar, outros consideram que é algo inevitável que nos salva do aborrecimento de viver para sempre (“quando pedi mil anos de vida esqueci-me de pedir que fossem anos de juventude”, diz um poeta); outros ainda como os antigos estoicos que é uma “boa amiga”.

Uma primeira constatação, portanto, é que as atitudes divergem: uns vêm-na com terror, outros com alívio, outros com impassibilidade (embora seja difícil a total impassibilidade, pois o medo parece algo instintivo, como diz o homem ameaçado por um ladrão: “há algo que você não me pode roubar, o medo”).

Talvez a ideia de que a morte é má se deva ao significado que investimos nas palavras. A morte é certamente “uma questão de vida ou de morte” que suspende todas as regras, e por aí fora. A nossa morte em concreto, não a dos outros.

Agarramo-nos à vida como se fosse o mais importante. A prioridade da vida como o maior bem (não só como condição de outros bens) implica que a morte é perder tudo, a maior desgraça de que ninguém recupera inteiramente: não só os que morrem, mas os pais de crianças que morrem “cedo demais”, os esposos que nos são roubados (um trauma!).

Pode ser, todavia, que a vida não seja um bem, mas algo “neutro”, apenas a condição de outros bens. Nesse caso a morte não é o mal supremo, mas apenas o resultado de uma subtração; o mal não é tanto perder a vida como perder os bens que se perdem com o seu fim: as conversas, a música, o amor, o vinho, o passeio pelo campo. Se a vida não é um bem por si mesmo, o amor à vida não parece ser suficiente para desejar viver queimado preso num incêndio. Pode até ser que valha a pena dar a vida por “uma causa” maior que nós. O modo de morrer conta, porque “sobreviver” não é tudo.

Será causa para lamentar que haja um fim? Lucrécio “demonstrou” filosoficamente que faz tão pouco sentido lamentar a falta de vida depois da morte, como lamentar a falta de vida antes da concepção e do nascimento. Porque não nos convence? Talvez porque se esquivou a considerar a assimetria da experiência antes do nascimento em relação à experiência que temos depois de decorrida parte da vida.

Depois de nascer, acumulamos uma experiência dos bens que vamos perder e isso justificaria um lamento triste, mesmo que se trate da “nossa” morte e mesmo que, uma vez definitivamente mortos, já não sintamos saudades desses bens. Para Lucrécio, pelo contrário, bastava que nos libertássemos das falsas crenças das religiões sobre o Hades (ou a sua versão romana, o mundo inferior, o inferno), e dos seus suplícios lendários, para deixar de ter medo.

LÓGICA DA REFLEXÃO SOBRE A MORTE

Em qualquer caso, os filósofos creem que têm uma palavra a dizer não só sobre o que acontece depois da morte, e sobre a atitude perante a morte, mas sobre como devemos examiná-la. Segundo alguns, pensar na morte, na nossa morte, coloca uma dificuldade lógica insuperável, pois talvez não possamos conceber a nossa não-existência e é por isso que pensamos continuar a viver. Teríamos uma certa dificuldade em ver-nos mortos, como se pairássemos por cima do cadáver. Mas isso não parece corresponder à nossa experiência.

Thomas Nagel, um filósofo vivo (talvez o maior dos filósofos vivos), explica que temos que distinguir o ponto de vista subjetivo e o objetivo. Não podemos conceber a não-existência de dentro, o aniquilamento do “eu”, mas podemos fazê-lo de um ponto de vista objetivo, como concebemos facilmente situações análogas em que também não podemos observar as coisas de dentro, como o sono, o estado de inconsciência ou o coma. A incapacidade de conceber de dentro não torna “ilógico” o exame da questão, pois não é a única forma de conceber.

Se pensamos que o corpo é condição de toda a experiência e que a vida como o “eu” são extraídos do corpo com a morte, obviamente não podemos assistir à nossa morte, mas mesmo assim podemos fazer como no caso do sono. Podemos até imaginar que assistimos ao nosso funeral, estando presentes pelos olhos dos outros e lamentar um pouco que não esteja lá mais gente (tivemos tantos alunos e amigos), ou que falte um amigo ou familiar queridos. Se queremos marcar certo afastamento podemos até pairar e olhar para o nosso corpo estendido na cama do hospital ou na morgue: uma fantasia que já inspirou muitas novelas e filmes.

NOTA FINAL: PERSCRUTAR O DESTINO

Uma consequência razoável de pensar que depois da morte não há mais nada, ou que nos juntamos ao infinito, e já não há dor nem prazer devia ser que não devíamos ter medo. Não estamos lá, já não somos. O medo da morte, portanto, seria um enigma intelectual. Se na prática é tão difícil experimentar assim as coisas é não só porque possuímos um instinto animal que nos leva a agarrar-nos à vida, como porque a tendência para perscrutar o que acontece depois da morte é irresistível e até talvez a questão mais importante de todas: a do nosso destino, a do sentido da vida.

Textos citados:

Atos dos Apóstolos, XVII,16-34.

Afonso o Sábio, Cantiga 101, in *Acta Universitatis Conimbricensis*, 6-7.

La Chançon de Roland, CCVII.

Epicuro, *Carta a Meneceu*, 126.

Heródoto, *Histórias*, Canto II, v. 53.

Homero, *Iliada*, Canto I, v. 1-5.

Homero, *Odisseia*, Canto X. v. 501-502; Canto XI, 72-76; 92-94; 218-222; 489-491.

John Donne, *The Holy Sonnets*, XI, 1-12.

Le Roman de Tristan et Yseult, 247 sq.

Outras referências:

Bernard Williams, *Shame and Necessity* (Berkeley: University of California Press, 1993).

Charles Taylor, *The Sources of the Self* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989).

E. R. Dodds, *Greeks and the Irrational* (Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1951).

Isaiah Berlin, "Verification" *Concepts and Categories: Philosophical Essays* (London: Hogarth Press, 1979): 15-40.

Karl Popper, *Unended Quest* (London, Routledge, 1992).

Philippe Ariès, *L'Homme devant la mort* (Paris: Seuil, 1977).